

Política de Privacidade e Proteção de Dados

Zipperer e Minardi Advogados Associados

Histórico de Revisões

Versão	Data de Revisão	Histórico
1.0	15/08/20202	Criação.

AVISO LGPD

O Escritório Zipperer e Minardi Advogados Associados, na condição de controlador prevista pela Lei 13. 709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) reconhece todos os direitos dos titulares de dados pessoais legalmente previstos, os quais poderão ser exercidos através de contato direto com o Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer - DPO) via e-mail: lgpd@zmlaw.com.br.

I. Objetivo

Definir e informar as diretrizes aplicáveis à privacidade e proteção dos dados pessoais dos clientes, colaboradores e terceiros no âmbito do Escritório Zipperer e Minardi Advogados Associados (doravante denominado Escritório), estabelecendo as regras aplicáveis sobre o tratamento de dados pessoais e sensíveis (incluindo a coleta, registro, armazenamento, uso, compartilhamento, e descarte).

II. Abrangência

Os termos desta política abrangem todos os advogados sócios, associados, colaboradores e prestadores de serviços junto ao Escritório que tiverem acesso a informações pessoais e sensíveis.

III. Diretrizes

1. Disposições iniciais

1.1. São princípios que norteiam a proteção de dados pessoais e sensíveis no âmbito de atuação do escritório Zipperer e Minardi Advogados Associados:

1.1.1. A certeza que a privacidade e a proteção dos dados pessoais coletados dos clientes, dos colaboradores e dos parceiros da Escritório constituem elemento estratégico indispensável ao desempenho de suas atividades;

1.1.2. A constante avaliação do risco corporativos, procedimentais e tecnológicos que envolvam dados pessoais no âmbito do Escritório.

1.1.3. O planejamento, aplicação e revisão de medidas preventivas, de detecção e de reação, baseado em avaliação de risco, visando o cumprimento, das normas e boas práticas previstas nas políticas do Escritório, relativas à privacidade e proteção de dados pessoais e sensíveis;

1.1.4. A garantia da transparência quanto ao tratamento dos dados pessoais e sensíveis praticados pelo Escritório.

2. Informações sujeitas à Política de Privacidade e Proteção de Dados

2.1. Estão sujeitas à esta Política:

2.1.1. Todas as informações pessoais fornecidas pessoalmente ou coletadas no contexto da prestação dos serviços jurídicos e de consultoria do Escritório Zipperer e Minardi, compreendendo qualquer tipo de tratamento que possam receber (ex.: coleta, transmissão, informação a terceiro, composição de peças legais, processamento, descarte etc.).

2.1.2. Todas as informações de colaboradores, empregados, parceiros e terceiros que prestam serviços ao Escritórios, coletadas no contexto de obrigação contratual ou legal, compreendendo qualquer tipo de tratamento que possam receber.

3. Dados coletados, forma e finalidade da coleta

3.1. Dados pessoais serão coletados por meios éticos e legais. Serão e armazenados em ambiente seguro e controlado, conforme especificação prevista na **Política de Segurança** do Escritório, pelo prazo exigido na regulamentação vigente e conforme a política interna de classificação das informações.

3.2 É vedado ao Escritório ceder ou permitir acesso por terceiros a dados pessoais, ressalvadas as hipóteses descritas nesta Política.

3.3. O acesso de terceiros às informações coletadas pelo Escritório se dá exclusivamente para o cumprimento dos serviços jurídicos contratados pelo cliente, dentro do limite necessário ao desempenho das atividades relativas ao seu curso normal.

3.4. Diante da necessidade de utilização de informações coletadas pelo Escritório para outros fins que não os definidos nesta Política ou aquele(s) expressamente autorizado(s) pelo titular dos dados, o Escritório informará diretamente ao titular dos dados sobre a nova finalidade e, quando necessário, coletará uma nova autorização.

4. Relacionamento com terceiros

4.1. O escritório Zipperer e Minardi buscará o comprometimento dos terceiros e prestadores de serviço com os quais se relaciona, com termos desta Política.

5. Segurança das informações

5.1. Visando a segurança de dados pessoais que se encontrarem sob sua custódia, o Escritório garantirá a observância de processos de segurança física e lógica, devidamente descritos em sua Política de Segurança, cuja eficiência será periodicamente avaliada pelo Comitê de Segurança e Proteção de Dados.

5.2 No tratamento das informações coletadas, o Escritório utilizará de sistemas estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança e transparência, aos padrões de boas práticas, de governança e aos princípios gerais estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

5.3. Todas as tecnologias utilizadas respeitarão sempre a legislação vigente e os termos desta Política.

6. Cooperação com autoridades reguladoras

6.1. Na eventual necessidade de divulgação dos dados pessoais sob custódia do Escritório, em razão de cumprimento de lei, determinação judicial ou de órgão competente fiscalizador, tais informações deverão ser reveladas somente nos estritos termos e nos limites requeridos para a sua divulgação. Os titulares das informações divulgadas deverão ser notificados sobre tal

divulgação, para que tomem as medidas protetivas ou reparadoras apropriadas.

7. Alterações

7.1. A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados poderá ser modificada a qualquer momento, conforme a finalidade ou necessidade para adequação e conformidade de disposição de lei ou sempre que o Escritório julgar necessário. As alterações serão discutidas no âmbito do Comitê de Segurança e Proteção de Dados e deverão ser aprovadas pela maioria dos advogados sócios.

IV. Gestão de Consequências

Desvios às diretrizes desta Política deverão ser reportados ao Comitê de Segurança e Proteção de Dados do Escritório, pessoalmente ou através do e-mail lgpd@zmlaw.com.br.

Internamente, o descumprimento das diretrizes desta Política enseja a aplicação de medidas de responsabilização dos agentes conforme a gravidade do descumprimento.

V. Responsabilidades

Advogados sócios, advogados associados, colaboradores e terceiros.

Observar e zelar pelo cumprimento da presente Política e, quando assim se fizer necessário, acionar o Encarregado em Privacidade e Proteção de Dados (DPO) para consulta sobre situações que envolvam conflito com esta Política ou mediante a ocorrência de situações nela descritas.

Comitê de Segurança e Proteção de Dados e Encarregado (DPO)

Manter atualizada esta Política, de forma a garantir que quaisquer alterações regulatórias/legais das diretrizes e regras gerais aqui estabelecidas sejam observadas;

Esclarecer dúvidas relativas a esta Política e à sua aplicação;

Aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências;

Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;

Orientar e capacitar os colaboradores e os terceiros do Escritório a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

Adotar iniciativas para compartilhamento de informações sobre incidentes contendo dados pessoais com a ANPD e com os titulares dos dados, quando necessário.

Advogados sócios

Aprovar as alterações da Política de Privacidade e Proteção de Dados.

VI. Documentação Complementar

- Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- Política de Segurança - ZM Law
- Política de Classificação de Ativos – ZM Law
- Contratos com previsão explícita sobre recursos de segurança e proteção de dados.

VII. Conceitos

Clientes: Pessoa natural, que tenha se cadastrado no sistema do Escritório, a quem se referem os dados pessoais que são objeto de trabalho;

Dado pessoal: Qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, como: nome, sobrenome, data de nascimento, documentos pessoais (CPF, RG, CNH, Carteira de Trabalho, passaporte, título de eleitor, dentre outros), endereço residencial ou comercial, telefone, e-mail, cookies e endereço IP;

Dado pessoal sensível: Qualquer dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Informações: Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e para transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

Privacidade e Proteção de Dados: Possibilidade de o titular determinar, de forma autônoma, a utilização que é feita de seus próprios dados pessoais, em conjunto com o estabelecimento de uma série de garantias para evitar que

estes dados pessoais sejam utilizados de forma a causar discriminação ou danos de qualquer espécie.

Terceiros: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que presta serviços ao Escritório, em suas dependências ou remotamente, e no exercício de suas atividades possam vir a ter acesso às informações referentes ao negócio do Escritório ou de seus clientes.

VIII. Disposições Gerais

É competência do Comitê de Segurança e Proteção de Dados alterar esta Política sempre que se fizer necessário, buscando aprovação dos sócios.

Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação pelos sócios do escritório Zipperer e Minardi Advogados Associados.